

16/09/2012
MANHÃ

DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO TOCANTINS

Cargo:

Analista em Gestão Especializado - Ciências Contábeis

Provas de Conhecimento

	Questões		Questões
Língua Portuguesa	01 a 10	Legislação que dispõe sobre e organiza a Defensoria Pública	21 a 30
Noções de Informática	11 a 15	Conhecimentos Específicos	31 a 80
História e Geografia do Estado do Tocantins	16 a 20		

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

ANTES DE COMEÇAR A FAZER AS PROVAS:

- Verifique se este caderno contém cinco provas, com um total de 80 (oitenta) questões - sequencialmente enumeradas de 01 a 80.
- Caso haja algum problema solicite ao aplicador a substituição deste caderno.

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTAS E A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVA :

- Confira seu nome e número de inscrição.
- Assine à CANETA no espaço indicado.

AO TRANSFERIR AS RESPOSTAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS DEFINITIVA:

- Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



- Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa.
- A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

ATENÇÃO:

Após a prova você só pode levar consigo o Gabarito Rascunho.

AO TERMINAR AS PROVAS você deve chamar a atenção do aplicador levantando o braço. Ele irá até você para recolher sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVA, FOLHA DE RESPOSTAS e este CADERNO DE PROVAS.

Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que, durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, pen drive, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves e controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico, etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), carteira de dinheiro e armas.

Duração total destas provas, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS e FOLHA DE TEXTO DEFINITIVA:

CINCO HORAS

Nome:

RG:

COPESE
Comissão Permanente de Seleção

UFT
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

LÍNGUA PORTUGUESA

O fragmento a seguir será o texto base para se responderem as questões de 1 a 10 desta prova. Ele compõe a obra **“O Processo”**, escrita pelo tcheco Franz Kafka (em tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 228-230.). Autores e estudiosos têm denominado o excerto como sendo uma parábola, intitulando-a “Diante da lei”.

1 Diante da lei está postado um guarda. Até ele se chega um homem do campo que lhe pede que o deixe entrar na lei. Mas o sentinela lhe diz que nesse momento não é permitido entrar. O homem reflete e depois pergunta se mais tarde lhe será permitido entrar. “É possível”, diz o guarda, “mas agora não.” A grande porta que dá para a lei está aberta de par em par como sempre, e o guarda se põe de lado; então o homem, inclinando-se para diante, olha para o interior através da porta. Quando o guarda percebe isso desata a rir e diz: “Se tanto te atrai entrar, procura fazê-lo não obstante a minha proibição. Mas guarda bem isto: eu sou poderoso e contudo não sou mais do que o guarda mais inferior; em cada uma das salas existem outros sentinelas, um mais poderoso do que o outro. Eu não posso suportar já sequer o olhar do terceiro”. O camponês não esperara tais dificuldades; parece-lhe que a lei tem de ser acessível sempre a todos, mas agora que examina com maior atenção o guarda, envolto em seu abrigo de peles, que tem grande nariz pontiagudo e barba longa, delgada e negra à moda dos tártaros, decide que é melhor esperar até que lhe deem permissão para entrar. O guarda dá-lhe então um escabelo e o faz sentar-se a um lado, frente à porta. Ali passa o homem, sentado, dias e anos. Faz infinitas tentativas para entrar na lei e cansa o sentinela com suas súplicas. O sentinela às vezes o submete a pequenos interrogatórios, pergunta-lhe por sua pátria e por muitas outras coisas, mas no fundo não lhe interessam especialmente as respostas. Pergunta como o faria um grande senhor; e sempre termina por manifestar-lhe que ainda não pode entrar. O homem, que para realizar aquela viagem teve de se abastecer de muitas coisas, emprega tudo, por mais valioso que seja, para subornar o porteiro. Este aceita tudo, mas diz: “Aceito-o para que não julgues que te descuidaste de alguma coisa”. Durante muitos anos aquele homem não afasta os seus olhos do sentinela. Esquece-se dos outros sentinelas e chega a parecer-lhe que este primeiro é o único obstáculo que lhe impede entrar na lei. Nos primeiros anos maldiz a gritos sua funesta sorte, mas depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela, chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele, tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim vê que a luz que seus olhos percebem é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam. Mas agora, em meio às trevas, percebe um raio de luz inextinguível através da porta. Resta-lhe pouca vida. Antes de morrer concentram-se em sua mente todas as lembranças e pensamentos daquele tempo em uma pergunta que até esse momento não tinha ainda formulado ao sentinela. Como seu corpo já rígido não se pode mover, faz um sinal ao guarda para que se aproxime. Este precisa inclinar-se profundamente pois a diferença de dimensões entre um e outro chegou a fazer-se muito grande em virtude do empequenecimento do homem. “Que é o que ainda queres saber?”, pergunta o sentinela. “És incontestável”. “Dize-me”, diz o homem, “se todos desejam entrar na lei, como se explica que em tantos anos ninguém, além de mim, tenha pretendido fazê-lo?” O guarda percebe que o homem está já às portas da morte, de modo que para alcançar o seu ouvido moribundo ruge sobre ele: “Ninguém senão tu podia

entrar aqui, pois esta entrada estava destinada apenas para ti. Agora eu me vou e a fecho”.

QUESTÃO 01

Tomando como referência a figura do porteiro, analise as assertivas a seguir e marque a alternativa correta:

- I. Ele nega, em caráter definitivo, o acesso do homem ao campo da Lei;
- II. Ele adia constantemente o acesso do camponês ao conhecimento encerrado na Lei;
- III. Ele oferece explicitamente a ignorância ao camponês, como forma de lhe preservar a vida;
- IV. Ele é venal, pois admite receber presentes do camponês, embora continue lhe barrando a entrada;
- V. Ele se contradiz ao dizer que não podia franquear a entrada ao camponês e, noutro momento, afirma que a entrada estava destinada apenas àquele homem;

- (A) Apenas a II está correta.
 (B) Apenas a IV está correta.
 (C) Apenas a II e a III estão corretas.
 (D) Apenas a I, a III, a IV e a V estão corretas.

QUESTÃO 02

Releia o fragmento final da parábola: “Ninguém senão tu podia entrar aqui, pois esta entrada estava destinada apenas para ti. Agora eu me vou e a fecho.” (linhas 65 a 67). Dentre as alternativas a seguir, qual delas NÃO se relaciona a um dos sentidos possíveis do texto?

- (A) O homem foi alcançado pela lei, no sentido restrito desta de se estabelecer uma ordem e de se obedecer a ela.
- (B) O homem deve preservar-se e submeter-se a uma intimidação constante ao longo de sua vida terrena, como lhe julga a lei.
- (C) O empecilho enfrentado pelo homem frente à lei pode ser ele próprio, que se resigna e se contenta com a ignorância, conservando seus medos.
- (D) O homem, já no fim de sua vida, faz a pergunta libertadora, embora já estivesse efetivamente livre ao longo de todos os anos, permanecendo sentado à porta da lei voluntariamente.

QUESTÃO 03

Considerando a forma e a linguagem do gênero a que pertence o texto lido, marque a alternativa que explicita a tipologia textual que o caracteriza:

- (A) Obedece à estrutura convencional da dissertação argumentativa, cujo intuito é discorrer sobre um dado assunto e, senão também persuadir o leitor, transmitir-lhe algum conhecimento.
- (B) Seu intuito preponderante é descrever a experiência humana de séculos, por isso recebendo o mérito de ser lido e admirado por representar interesse de cunho social e de ter validade ainda nos dias atuais.
- (C) Trata-se de uma narrativa de caráter essencialmente argumentativo, cujo objetivo é imprimir concepções sobre a natureza física, a organização e o funcionamento da sociedade, regras de conduta e comportamento.
- (D) Por ser de caráter preditivo, contempla as etapas da vida do homem, como nascimento, velhice e morte, retratando formas de se agir perante o ódio, a desconfiança, a amizade, a rivalidade e contrastando bem e mal, êxito e fracasso, vitória e derrota.

QUESTÃO 04

Reconhece-se que não existem sinônimos perfeitos. Contudo, algum tipo de equivalência semântica deve haver entre palavras ou expressões, principalmente quando se trata de traduções de obras. Nesse sentido, compare os grupos de sentenças abaixo e os termos em destaque e marque a alternativa em que não há equivalência semântica entre as diferentes versões do texto lido, uma de Torrieri Guimarães e outra de Modesto Carone (Companhia das Letras, 2005), respectivamente:

- (A) “O guarda dá-lhe então um **escabelo** (...).
“O porteiro lhe dá um **banquinho** (...).”
- (B) “És **incontestável**.
“Você é **insaciável**.”
- (C) “O guarda percebe que o homem **está já às portas da morte** (...).
“O porteiro percebe que o homem **já está no fim** (...).”
- (D) “Nos primeiros anos maldiz a gritos sua **funesta** sorte (...).
“Nos primeiros anos, amaldiçoa em voz alta o acaso **infeliz** (...).”

QUESTÃO 05

Com base nos fragmentos abaixo, analise o valor semântico do conector MAS (que, além da ideia de oposição, de contraste, pode exprimir restrição, retificação, atenuação ou adição) para assinalar a alternativa CORRETA:

- I. “Diante da lei está postado um guarda. Até ele se chega um homem do campo que lhe pede que o deixe entrar na lei. Mas a sentinela lhe diz que nesse momento não é permitido entrar”. (linhas 01 a 04);
- II. “O homem reflete e depois pergunta se mais tarde lhe será permitido entrar. É possível”, diz o guarda, “mas agora não”. (linhas 04 a 06);
- III. “O camponês não esperara tais dificuldades; parece-lhe que a lei tem de ser acessível sempre a todos, mas agora que examina com maior atenção o guarda, envolto em seu abrigo de peles, que tem grande nariz pontiagudo e barba longa, delgada e negra à moda dos tártaros, decide que é melhor esperar até que lhe deem permissão para entrar.” (linhas 16 a 22);
- IV. “O homem, que para realizar aquela viagem teve de se abastecer de muitas coisas, emprega tudo, por mais valioso que seja, para subornar o porteiro. Este aceita tudo, mas diz: “Aceito-o para que não julgues que te descuidaste de alguma coisa”. (linhas 31 a 35);
- (A) Contraste, contraste, restrição, retificação,
(B) Adição, contraste, restrição, contraste.
(C) Contraste, contraste, retificação, restrição.
(D) Restrição, restrição, retificação, retificação.

QUESTÃO 06

Em: “Se tanto te atrai entrar, (linha 10) procura fazê-lo não obstante a minha proibição.” (linha 11), temos:

- Oração 1** – condição para a realização;
Oração 2 – resultado da condição enunciada;

Na noção de condicionalidade, diz-se que a construção apoia-se em uma hipótese. Pode-se considerar, no excerto acima, do ponto de vista lógico-semântico, que a relação que se instaura entre o conteúdo da condicionante (subordinada, oração 1) e o conteúdo da condicionada (principal, oração 2) é um resultado que se resolve na oração 2, sendo, portanto, uma relação do tipo:

- (A) Realização / fato, pois, dada a realização / factualidade da oração condicionante, segue-se, necessariamente, a realização / a factualidade da oração condicionada.
- (B) Não realização / não fato, pois, dada a não realização da oração condicionante, segue-se, necessariamente, a não realização da oração condicionada.
- (C) Realização eventual / fato eventual, dada a potencialidade da oração condicionante, segue-se a eventualidade da oração condicionada.
- (D) Realização / fato da primeira e não realização da segunda, pois, dada a realização da oração que exprime a condição (subordinada), segue-se a não realização da oração que exprime o condicionado (principal).

QUESTÃO 07

Considere o período a seguir: “A grande porta que dá para a lei está aberta de par em par como sempre, e o guarda se põe de lado; **então** o homem, inclinando-se para diante, olha para o interior através da porta.” (linhas 6 a 9). Nesse trecho, a palavra em destaque estabelece relação de:

- (A) Causalidade entre dois argumentos.
(B) Conclusão entre dois segmentos do texto.
(C) Proximidade entre um ocorrido e sua objeção.
(D) Temporalidade entre duas seqüências factuais.

QUESTÃO 08

Leia os itens a seguir:

- I. “Eu não posso suportar já sequer o olhar do terceiro”;
II. “Esquece-se dos outros sentinelas e chega a parecer-lhe que este primeiro é o único obstáculo (...);
III. “Mas agora, em meio às trevas, percebe um raio de luz inextinguível através da porta.”;
IV. “Ninguém senão tu podia entrar aqui, pois esta entrada estava destinada apenas para ti.”;

De modo que se mantenham os sentidos e que se atendam as normas propostas pela gramática normativa da língua portuguesa, assinale a alternativa que propõe a reescrita igualmente adequada para uma das sentenças acima:

- (A) Sequer posso suportar o olhar do terceiro (em lugar de I).
(B) Mas agora, em meio a trevas, percebe um raio de luz inextinguível através da porta (em lugar de III).
(C) Esquece os outros sentinelas e lhe chega a parecer que este primeiro é o único obstáculo (em lugar de II).
(D) Ninguém senão tu podias entrar aqui, pois esta entrada estava destinada apenas para ti (em lugar de IV).

QUESTÃO 09

Considere o trecho seguinte: “Nos primeiros anos maldiz a gritos sua funesta sorte, mas depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela, chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele, tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim vê que a luz que seus olhos percebem é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam.” (linhas 39 a 48). Dentre as alternativas a seguir, indique aquela que apresente pontuação igualmente correta para esse mesmo fragmento, sem alterar-lhe o sentido ou a função sintática de seus constituintes:

- (A) Nos primeiros anos, maldiz a gritos sua funesta sorte. Mas, depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou

estudando, o sentinela chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele. Tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim, vê que a luz que seus olhos percebem é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se, simplesmente, são os olhos que o enganam.

- (B) Nos primeiros anos maldiz a gritos sua funesta sorte, mas, depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim, vê que a luz, que seus olhos percebem, é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam.
- (C) Nos primeiros anos maldiz a gritos sua funesta sorte, mas depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela, chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele, tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim vê, que a luz que seus olhos percebem é mais fraca, e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam.
- (D) Nos primeiros anos, maldiz a gritos sua funesta sorte. Mas, depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele, tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim, vê que a luz que seus olhos percebem é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se, simplesmente, são os olhos que o enganam."

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa em que a partícula "se" exerce função sintática idêntica à do trecho "O homem reflete e depois pergunta se mais tarde lhe será permitido entrar.":

- (A) "Se tanto te atrai entrar, procura fazê-lo não obstante a minha proibição." (linhas 10 e 11)
- (B) "A grande porta que dá para a lei está aberta de par em par como sempre, e o guarda se põe de lado; (...)" (linhas 6 a 8)
- (C) "(...) e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam." (linhas 46 a 48)
- (D) "O homem, que para realizar aquela viagem teve de se abastecer de muitas coisas, emprega tudo (...) para subornar o porteiro." (linhas 31 a 34)

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa que não pode aparecer na janela principal do Painel de Controle do Windows 7, instalação padrão português Brasil. A janela principal é iniciada clicando em

Iniciar e em seguida **Painel de Controle**. A janela principal está classificada por Categoria.

- (A) Contas de Usuário e Segurança Familiar
(B) Sistema e Segurança
(C) Windows Explorer
(D) Rede e Internet

QUESTÃO 12

Analise as afirmativas a seguir acerca dos conceitos, ferramentas e protocolos de Internet.

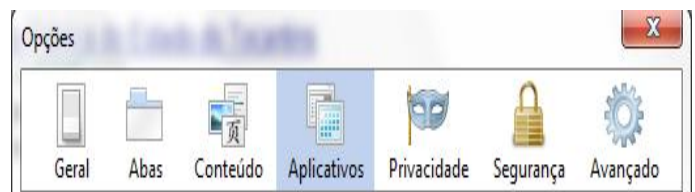
- I. O Google Chrome é um navegador desenvolvido para acessar o conteúdo disponível na Internet;
II. POP3 é um protocolo para envio de e-mails através da Internet;
III. HTML permite a construção de páginas Web;
IV. DNS é o protocolo de resolução de nomes para redes TCP/IP;
V. Download é usado quando um arquivo é transferido do computador para a Internet;

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III
(B) I, III e IV
(C) II, III e IV
(D) III, IV e V

QUESTÃO 13

Analise a figura a seguir:



Marque a alternativa CORRETA acerca dos guias da janela de **Opções** do **Menu Ferramentas**, disponível no Firefox versão 3.6.27 instalação padrão português Brasil.

- (A) O guia **Geral** permite configurar o tamanho da fonte usada pelo Firefox.
(B) No guia **Conteúdo** é possível habilitar o Firefox para bloquear janelas popup.
(C) No guia **Privacidade** permite bloquear sites avaliados como falsos.
(D) O guia **Segurança** permite limpar histórico recente ou excluir cookies em particular.

QUESTÃO 14

Analise as afirmativas em V (Verdadeiro) e F (Falso), acerca da planilha eletrônica do Microsoft Excel 2007 instalação padrão português Brasil, descrita na figura a seguir: As células D2 a D5 estão com formatação contábil.

	D2			
	A	B	C	D
1	Processo	Movimentação	Valor	
2	1010-85.2009	Concluso	R\$ 2.000,00	
3	2020-55.2010	Carga	R\$ 12.000,00	
4	3030-55.2011	Despacho	R\$ 3.000,00	
5	4040-55.2012	Inicial	R\$ 3.000,00	
6				
7				

- I. A ação de clicar em D2 e digitar =SE(B2=Concluso;C2*30%) e em seguida, pressionar ENTER, atribui o valor 600,00 a célula D2;
- II. Para atribuir o valor 5.000,00 à célula D3 é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar na célula D3, digitar =SE(C2<=C3;MÉDIA(C2:C5)) e, em seguida, pressionar ENTER;
- III. O ato de clicar em célula D4 e digitar =SE(C2<=C3;SOMA(C2:C3);SOMA(C2:C5)) e em seguida, pressionar a tecla ENTER, atribui o valor 14.000,00 à célula D4;
- IV. Para atribuir o valor 12.000,00 à célula D5 é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar a célula D5, digitar =SE(MÉDIA(C2:C5)>=1000;MÁX(C2:C5)) e em seguida, pressionar a ENTER;

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e IV
- (B) I e II
- (C) II, III e IV
- (D) I e IV

QUESTÃO 15

Em relação ao programa Microsoft Word 2003 instalação padrão português Brasil, tem-se que clicando em **Formatar** pode-se efetuar as seguintes operações:



- I. Ajustar a fonte, o estilo, o tamanho, a cor, os efeitos e a forma de visualização utilizada;
- II. Ajustar o parágrafo através do alinhamento, recuo e espaçamento, quebra de linha e de página;
- III. Incluir e ajustar os marcadores e numeração, definindo níveis e estilos de lista;
- IV. Ajustar as bordas e sombreados da página;
- V. Ajustar a ortografia e gramática, através do idioma escolhido, da concordância verbal e do uso de sinais e de pontuação;

Marque a alternativa que apresenta as afirmativas VERDADEIRAS:

- (A) I, II, III e V
- (B) I, III, IV e V
- (C) I, II, III e IV
- (D) II, III, IV e V

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO TOCANTINS

Para responder a questão 16, leia o texto abaixo:

No norte goiano (o atual Estado do Tocantins) os conflitos entre o índio e o colonizador ocorreram principalmente no primeiro momento da colonização. Todas as medidas tomadas, referentes aos indígenas tinham como objetivo impedir que eles se tornassem obstáculos à exploração da terra pelo colonizador e determinavam que eles fossem tratados por meio da persuasão. No século XVIII, sob a administração do Marquês de Pombal a política indigenista teve novas diretrizes. (PARENTE, T. G. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da UFG, 1999, adaptado).

QUESTÃO 16

A respeito das diretrizes referentes ao indígena indicadas no texto acima, é CORRETO afirmar que a política pombalina

- (A) tinha como objetivo escravizar o indígena no norte de Goiás (atual Estado do Tocantins) permitindo o colonizador usar de sua mão-de-obra para o trabalho nas lavouras.
- (B) foi mais uma forma de expropriar o indígena em relação ao processo de colonização.
- (C) preocupou-se em ensinar os costumes dos brancos, permitindo ao colonizador usar a mão de obra indígena agora assalariada.
- (D) objetivava a domesticação dos índios por meio da força e violência para contribuir na catequese religiosa, mantendo assim o índio sob controle.

QUESTÃO 17

A luta pela terra no Bico do Papagaio é resultado de convergências de vários fatores, alguns de ordem estrutural, e outros resultantes da conjuntura histórica. No Bico do Papagaio temos a confrontação de duas ordens de interesse baseadas em racionalidades distintas: a do posseiro e a do fazendeiro ou empresário.

É CORRETO afirmar que a racionalidade do posseiro e fazendeiro, em relação à apropriação da terra, distingue-se porque

- (A) A do posseiro prevê antes de mais nada a titulação, enquanto a do fazendeiro prevê, sobretudo, a falsificação dos títulos.
- (B) A do posseiro está relacionada com a expansão de suas áreas para a produção, enquanto a do fazendeiro ou empresário tem a terra como um valor extraordinário.
- (C) A do fazendeiro está relacionada com a expansão de suas áreas e produção, enquanto a do posseiro prevê a titulação de forma ilícita.
- (D) A do fazendeiro ou empresário prevê antes de mais nada a titulação, nem que seja necessária a falsificação de títulos, enquanto que a do posseiro não tem a preocupação da titulação, a sua produção é praticada em terras indivisas e libertas.

QUESTÃO 18

O Estado de Goiás teve duas importantes frentes de penetração: uma proveniente de São Paulo e outra do norte, sobretudo de Belém (Grão-Pará) que foi utilizada na construção discursiva de uma oposição binária em relação à identidade tocaninense: a dos missionários e dos bandeirantes.

Em relação às bandeiras é CORRETO afirmar que

- (A) colonizaram o vazio demográfico em que se encontrava o norte do Estado de Goiás explorando a mão de obra dos indígenas para o trabalho nas lavouras, sobretudo da cana-de-açúcar na região.
- (B) pouco contribuíram para a ocupação da região, pois se propunham aprisionar nativos e usá-los como mão-de-obra nas lavouras de açúcar em São Paulo.

- (C) as bandeiras como primeiras expedições no norte de Goiás contribuíram de forma decisiva para ocupação da região, desbravando-a e criando as condições necessárias para o povoamento
- (D) atribui-se aos bandeirantes o papel de defensores da terra e dos povos indígenas, diante do interesse de ocupar o norte de Goiás criando assim as vilas de povoamento na época colonial.

Para responder a questão 19, leia o texto abaixo:

Em se tratando da participação do norte de Goiás nos diferentes níveis de poder nos últimos anos da República Velha, percebe-se que as elites políticas que compunham a representação federal, Câmara e Senado, tinham sua origem nas cidades que, graças ao rio Tocantins, desenvolveram a atividade comercial, como a exportação de gado e subprodutos, com os Estados limítrofes Pará e Maranhão, facultando-lhes primazia na região (CAVALCANTE, Maria do E. S. R. O discurso autonomista do Tocantins. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 61).

QUESTÃO 19

De acordo com o texto, é CORRETO afirmar que a cidade beneficiada com o desenvolvimento comercial a partir do rio Tocantins foi

- (A) Porto Nacional, cuja história está atrelada ao rio tornando se proeminente em aspectos econômicos, políticos e culturais no norte de Goiás.
- (B) Xambioá, diante da localização de jazidas de cristal de rocha quartzo na Chapada do Chiqueirão, atraindo migrantes para o norte de Goiás.
- (C) Araguaína, em virtude de sua importância comercial para o escoamento e distribuição de mercadorias para o Norte de Goiás.
- (D) Ananás, que cresceu com a exploração do côco babaçu e ao plantio de lavouras praticado por maranhenses no norte de Goiás.

Para responder a questão 20, leia o texto abaixo:

Ele se autodenomina Akwe, vive no município de Tocantínia, a 80km da capital Palmas. Culturalmente, é conhecido como o povo do trançado da seda de buriti e de capim-dourado, fibras usadas na produção de cestos, bolsas, brincos e colares de sementes de Tiririca, Jurema e Mulungu (IPHAN. Vivências e sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins. Goiânia: IPHAN, 2008, p. 85, adaptado).

QUESTÃO 20

De acordo com as características culturais indígenas apontadas no texto acima, é CORRETO afirmar que se trata do povo

- (A) Xerente.
- (B) Apinayé.
- (C) Iny.
- (D) Krahô.

LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE E ORGANIZA A DEFENSORIA PÚBLICA

QUESTÃO 21

Nos termos da Lei Complementar nº 80/94 são objetivos da Defensoria Pública:

- I. a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;
- II. a afirmação do Estado Democrático de Direito;
- III. a prevalência e efetividade dos direitos humanos;
- IV. a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório;

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Todos os itens estão incorretos.
- (C) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Somente os itens II, III e IV estão corretos.

QUESTÃO 22

Nos termos da Lei Complementar nº 80/94 são funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

- I. Promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios;
- II. Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;
- III. Patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;
- IV. Instaurar inquérito policial;
- V. Lavrar termos circunstanciais;

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (D) Somente os itens III, IV e V estão corretos.

QUESTÃO 23

Nos termos da Lei Estadual nº 2.252/2009, o quadro de servidores auxiliares da Defensoria Pública do Estado do Tocantins é organizado, dentre outras, com fundamento nas seguintes diretrizes:

- I. Organização e escalonamento dos cargos, tendo em vista a multifuncionalidade, a multidisciplinaridade e a complexidade das atribuições;
- II. Motivação dos servidores, mediante o reconhecimento dos resultados obtidos no desempenho das suas atribuições, após aferição da eficiência e qualidade dos serviços prestados;
- III. Desenvolvimento profissional dos servidores, mediante tempo de serviço e sindicância prévia de suas atribuições;
- IV. Compromisso dos servidores com a filosofia e os objetivos da Instituição;
- V. Revisão geral e bienal da remuneração em abril, obedecidos os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a disponibilidade financeira;

- (A) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens I, II e IV estão corretos.
- (D) Somente os itens III, IV e V estão corretos.

QUESTÃO 24

Nos termos da Lei Complementar nº 80/94 é prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado:

- (A) Manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota.
- (B) Não residir na localidade onde exercem suas funções.
- (C) Exercer a advocacia fora das atribuições institucionais.
- (D) Exercer atividade político-partidária, enquanto atuar junto à Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa CORRETA, nos termos da Lei Complementar nº 80/94:

- (A) Ao Defensor Público-Geral do Estado compete exercer as atividades consultivas, normativas e decisórias a serem previstas na lei estadual.
- (B) Ao Conselho Superior compete dirigir a Defensoria Pública do Estado, superintender e coordenar suas atividades, orientando sua atuação, e representando-a judicial e extrajudicialmente.
- (C) A Ouvidoria-Geral é órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Instituição.
- (D) A Defensoria Pública do Estado poderá atuar por intermédio de núcleos ou núcleos especializados, dando-se prioridade, de todo modo, às regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

QUESTÃO 26

De acordo com a Lei nº. 1.818/2007, que estabelece o Estatuto dos Servidores Civis do Estado do Tocantins, as funções públicas, segundo a sua natureza, podem ser:

- I. De comando, direção, gerência ou chefia;
 - II. De fiscalização, quando se referem à fiscalização da atividade funcional e da conduta dos servidores;
 - III. Técnicas, quando se referem às ações de caráter instrumental, necessárias à habilitação do processo decisório;
 - IV. De apoio, quando se prestam à instrumentalização das demais funções e dos serviços do Estado;
- (A) Somente os itens I, II e III estão corretos.
 (B) Somente os itens I, III e IV estão corretos.
 (C) Somente os itens I, II e IV estão corretos.
 (D) Somente os itens II, III e IV estão corretos.

QUESTÃO 27

De acordo com a Lei nº. 1.818/2007, leia os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I. Os servidores cumprem jornada de trabalho fixada de acordo com as necessidades do exercício das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 horas e observados os limites mínimo e máximo de 6 horas e 8 horas diárias, respectivamente;
 - II. Estágio Probatório é o período de 3 anos de efetivo exercício no cargo, no qual a Administração observa e avalia, por meio da Avaliação Especial de Desempenho, a capacidade do servidor no exercício do serviço público;
 - III. Salvo por imposição legal, mandado judicial, para atender programa de caráter social oficializado e para programa de capacitação funcional, ou nos casos de convênios com instituições credenciadas, nenhum desconto incide sobre o subsídio, remuneração ou provento do servidor;
 - IV. São princípios da conduta profissional dos servidores públicos a honestidade, o decoro, a eficiência e o exercício dos valores éticos e morais, que conferem dignidade ao cargo;
- (A) Todos os itens estão corretos.
 (B) Todos os itens estão incorretos.
 (C) Somente os itens I, II e III estão corretos.
 (D) Somente os itens II, III e IV estão corretos.

QUESTÃO 28

De acordo com o Estatuto dos servidores civis do Estado do Tocantins (Lei nº. 1.818/2007) assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A acumulação remunerada de cargos públicos é sempre permitida.
- (B) A proibição de acumular não se estende aos empregos e funções junto às empresas públicas, sociedades de economia mista.
- (C) O servidor poderá exercer mais de um cargo em comissão e será remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.
- (D) Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargo, emprego ou função, o servidor é notificado, por intermédio da chefia imediata ou unidade de corregedoria administrativa, mediante convocação escrita ou publicação no Diário Oficial, para apresentar opção no prazo improrrogável de 10 dias, contados da data da ciência.

QUESTÃO 29

Segundo o Código de Ética da Defensoria Pública (Resolução nº 58/2010), NÃO é dever do Defensor Público;

- (A) Velar por sua reputação pessoal e profissional.
- (B) Abster-se de participar de debates ou entrevistas em que a discussão envolva fatos atinentes a processo sob seu patrocínio submetido a sigilo de justiça ou de outro membro da Instituição.
- (C) Usar vestes talares.
- (D) Tratar com respeito e urbanidade os colegas, as autoridades, os servidores da Instituição e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício do cargo, não prescindindo de igual tratamento.

QUESTÃO 30

Segundo o Código de Ética da Defensoria Pública (Resolução nº 58/2010), constitui afronta à ética profissional do Defensor Público no exercício de suas funções:

- I. Perder prazos processuais sem motivo justificável ou não zelar, de qualquer forma, pela celeridade da tramitação dos feitos;
 - II. Não manter assiduidade e frequência em sua unidade de lotação e/ou designação;
 - III. Não manter seu gabinete organizado, deixando de zelar pelo patrimônio e documentação sob sua responsabilidade;
 - IV. Discriminar, no exercício das funções, pessoas, por motivo político, ideológico, partidário, religioso, de gênero, étnico, ou qualquer outro;
 - V. Trajar-se de forma incompatível com o cargo;
- (A) Todos os itens estão corretos.
 (B) Somente os itens I, II e IV estão corretos.
 (C) Somente os itens I, II e III estão corretos.
 (D) Somente os itens I, III e IV estão corretos.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

Sobre a Administração Pública na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) O princípio da impessoalidade está previsto de forma implícita na Constituição Federal de 1988.

- (B) As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos em comissão.
- (C) A moralidade, a legalidade e a parcialidade são princípios norteadores da Administração Pública direta e de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios.
- (D) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, sendo que, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele que aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

QUESTÃO 32

De acordo com a Constituição Federal de 1988, NÃO são órgãos do Poder Judiciário:

- (A) O Supremo Tribunal Federal; o Conselho Nacional de Justiça; o Superior Tribunal de Justiça; os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; os Tribunais e Juízes do Trabalho; os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes Militares; os Tribunais de Contas da União e dos Estados; os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- (B) O Supremo Tribunal Federal; o Conselho Nacional de Justiça; o Superior Tribunal de Justiça; os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; os Tribunais e Juízes do Trabalho; os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes Militares; os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- (C) O Supremo Tribunal Federal; o Superior Tribunal de Justiça; os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; os Tribunais e Juízes do Trabalho; os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- (D) O Supremo Tribunal Federal; o Conselho Nacional de Justiça; o Superior Tribunal de Justiça; os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; os Tribunais e Juízes do Trabalho; os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes Militares; os Tribunais e Juízes dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e Territórios.

QUESTÃO 33

Nos termos da Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros, nomeados mediante ato exclusivo e irrevogável do Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos e de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (B) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e cinco Ministros, nomeados mediante ato executivo e irretroatável do Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos e de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- (D) É da competência do Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, em grau de recurso, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente e os membros do Congresso Nacional.

QUESTÃO 34

De acordo com a Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) A República Federativa do Brasil é formada apenas pela união dos Estados e dos Territórios e constitui-se em Estado de Direito.
- (B) A República Federativa do Brasil é formada apenas pela união indissolúvel dos Municípios e tem suas bases fundadas em princípios de direito.
- (C) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e é formada apenas pela união indissolúvel dos Municípios e dos Territórios brasileiros que incorporam sua circunscrição.
- (D) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

QUESTÃO 35

Sobre o tratamento dos servidores públicos na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter exclusivamente contributivo, por meio da contribuição do respectivo ente público e dos servidores ativos.
- (B) Aos servidores titulares de cargos efetivos ou em comissão da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, mediante contribuição exclusiva dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (C) Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de suas autarquias e fundações, serão aposentados ou por invalidez permanente, ou compulsoriamente, aos setenta anos de idade, ou ainda voluntariamente, desde que atendidas as exigências constitucionais.
- (D) Por ocasião de sua concessão, os proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargos efetivos ou em comissão da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

QUESTÃO 36

Conforme a Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) Compete ao Congresso Nacional, exclusivamente, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (B) É de competência concorrente do Congresso Nacional e do Presidente da República assinar e ratificar tratados, acordos ou atos internacionais que acarretam encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (C) O Congresso Nacional é munido de competência constitucional para autorizar o estado de defesa e a intervenção federal, aprovar o estado de sítio, mas não para suspender qualquer uma dessas medidas.
- (D) Compete ao Congresso Nacional, autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, somente quando a ausência exceder a vinte e um dias.

QUESTÃO 37

Marque a alternativa CORRETA, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988:

- (A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, os

Municípios, o Distrito Federal, os Territórios e as Autarquias, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal.

- (B) Os Territórios Federais não integram a União e sua extinção depende de Lei ordinária Estadual.
- (C) A Constituição Federal possibilita a transformação de Territórios em Estados-membros e a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios.
- (D) De acordo com a Constituição Federal, na organização político-administrativa os entes federativos são dotados de soberania e de autonomia.

QUESTÃO 38

Sobre os objetivos e os Princípios Fundamentais norteadores da República Federativa do Brasil, expressos na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) A soberania, o pluripartidarismo e o sistema presidencialista de governo são princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (B) A dignidade da pessoa humana é princípio de direito, mas não é fundamento da República Federativa do Brasil.
- (C) Um dos objetivos da República Federativa do Brasil é a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) A valorização social do trabalho e a livre iniciativa constituem objetivos, mas não são fundamentos da República Federativa do Brasil.

QUESTÃO 39

Segundo a Constituição Federal de 1988, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios, EXCETO:

- (A) Princípio da legalidade.
- (B) Princípio da pessoalidade.
- (C) Princípio da moralidade
- (D) Princípio da eficiência.

QUESTÃO 40

Segundo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), reputa-se agente público:

- (A) Todo aquele que exerce, exclusivamente de forma não transitória, mandato, cargo, emprego ou função, junto à administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
- (B) Todo aquele que exerce, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função, exclusivamente remunerada, junto à administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
- (C) Todo aquele que exerce, exclusivamente de forma transitória e sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função, junto à administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja

concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.

- (D) Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente e sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função, junto à administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.

QUESTÃO 41

Segundo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), leia os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I. Praticar ato administrativo vedado em lei ou regulamento, ou diverso daquele previsto na regra de competência, constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito;
 - II. Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade são atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito;
 - III. Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço são atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário;
 - IV. Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea são atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário;
- (A) Somente os itens I e II estão corretos.
 - (B) Somente os itens III e IV estão corretos.
 - (C) Somente os itens I e III estão corretos.
 - (D) Somente os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 42

De acordo com a Lei 8.666/93 são modalidades de licitação, EXCETO:

- (A) O leilão.
- (B) O convite.
- (C) A convocação de preços.
- (D) O concurso.

QUESTÃO 43

Sobre a licitação pública regida pela Lei nº 8.666/93, marque a alternativa CORRETA:

- I. Esta Lei estabelece normas específicas sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II. Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada;
- III. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da

proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;

- IV. Para os fins desta Lei, considera-se empreitada integral quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;
- V. De acordo com esta Lei, Projeto Básico corresponde ao conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, porém, sem a necessidade de avaliação do custo da obra e da definição dos métodos, bem como do prazo de execução;

- (A) Somente os itens I, II e III estão corretos.
 (B) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
 (C) Somente os itens II, IV e V estão corretos.
 (D) Somente os itens III, IV e V estão corretos.

QUESTÃO 44

Para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), entende-se como:

- (A) Receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, com a devida dedução, nos Estados, das parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
- (B) Ente da Federação: a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- (C) Empresa controlada: aquela que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- (D) Empresa estatal dependente: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

QUESTÃO 45

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a despesa total com pessoal dos Estados, não poderá exceder o percentual de 60% da receita corrente líquida. E, a repartição desse limite não poderá exceder os seguintes percentuais:

- I. 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
 II. 10% (dez por cento) para o Judiciário;
 III. 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

- IV. 5% (cinco por cento) para o Ministério Público dos Estados;

- (A) Somente os itens I e II estão corretos.
 (B) Somente os itens III e IV estão corretos.
 (C) Somente os itens I e III estão corretos.
 (D) Somente os itens II e IV estão corretos.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 46

Sobre as características do orçamento-programa, pode-se citar as seguintes, EXCETO:

- (A) O controle visa avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais.
 (B) As decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações e análises técnicas das alternativas possíveis.
 (C) O orçamento é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização.
 (D) Os principais critérios classificatórios são as unidades administrativas e o funcional programático.

QUESTÃO 47

Sobre o orçamento na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.
 (B) O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
 (C) Os orçamentos fiscal e de investimento, compatibilizados com a lei de diretrizes orçamentárias, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades interregionais, segundo critério populacional.
 (D) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

QUESTÃO 48

De acordo com o art. 166, da Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar:

- (A) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
 (B) Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual, não incluindo nessa competência as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.
 (C) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: dotações para pessoal e seus encargos; serviço da dívida; transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou sejam relacionadas: com a correção de erros ou omissões; ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.

(D) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

QUESTÃO 49

Sobre a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- (B) Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação importe aumento do capital; e, constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
- (C) Consideram-se, igualmente, como subvenções sociais as dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais, bem como as dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.
- (D) Planejam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

QUESTÃO 50

Sobre os orçamentos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar, EXCETO:

- (A) A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, ressalvado que é vedada edição de medidas provisórias sobre essa matéria.
- (B) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- (C) É vedada a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (D) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

QUESTÃO 51

Em conformidade com a Lei nº 4.320/64, julgue os itens seguintes que tratam de Dívida Ativa, Adiantamentos ou Suprimentos de Fundos e Despesas de Exercícios Anteriores, e assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, cujo ingresso deverá ser escriturado como receita orçamentária tributária.
- (B) Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto os foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.
- (C) As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição não interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.
- (D) O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, e também não se fará adiantamento a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos.

QUESTÃO 52

Para constar na lei orçamentária anual, os técnicos do orçamento da Secretaria de Planejamento de determinado estado elaborou o seguinte quadro com a previsão da receita e da fixação da despesa, para o exercício seguinte.

Previsão da Receita Orçamentária		
Receita Tributária Líquida		200.000,00
Patrimonial		50.000,00
Transferências Correntes		180.000,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária		30.000,00
Alienação de Bens		10.000,00
Fixação da Despesa Orçamentária		
Pessoal e Encargos Sociais		120.000,00
Outras Despesas Correntes		20.000,00
Transferências constitucionais a Municípios da arrecadação de ICMS	a	25.000,00
Transferências constitucionais a Municípios da arrecadação de IPVA	a	50.000,00

Considerando somente os dados do quadro acima, e com base na fundamentação teórica dos princípios orçamentários, pode-se afirmar:

- (A) Houve obediência ao princípio orçamentário da anterioridade.
- (B) Não foi cumprido o princípio do orçamento bruto.
- (C) Cumpriu-se o princípio da clareza e do equilíbrio.
- (D) Não foi observado o princípio do equilíbrio entre o total da receita e da despesa correntes.

QUESTÃO 53

Sobre os créditos adicionais, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Os créditos suplementares terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- (B) A abertura dos créditos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificada.
- (C) É proibida a inclusão de autorização para abertura de créditos suplementares na lei orçamentária anual, conforme orientação do princípio orçamentário da exclusividade.
- (D) Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

QUESTÃO 54

Foram relacionadas determinadas contas contábeis de receitas e despesas orçamentárias, conforme seguem:

Receitas Orçamentárias
Receita Patrimonial
Amortização de empréstimos
Outras Receitas Correntes
Receitas de Serviços
Receita Patrimonial
Operações de Créditos
Transferências Correntes
Despesas Orçamentárias
Outras Despesas Correntes
Investimentos
Inversões Financeiras
Juros e Encargos da Dívida

Em referência à classificação da receita e da despesa orçamentárias, quanto à sua categoria econômica, e com base exclusivamente no quadro apresentado, pode-se afirmar que constam:

- (A) Cinco contas de receita corrente.
- (B) Três contas de despesa de capital.
- (C) Três contas de receita de capital.
- (D) Quatro contas de despesa corrente.

QUESTÃO 55

Sobre a execução da despesa orçamentária, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A nota de empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, que gera registro nas contas orçamentárias e no passivo financeiro da entidade.
- (B) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Essa verificação tem por fim apurar: a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
- (C) A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; a nota de empenho; os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.
- (D) O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

QUESTÃO 56

O Ministério "A" repassou recursos orçamentários para uma de suas unidades administrativas e para o Ministério "B". O órgão central de planejamento e orçamento destinou recursos orçamentários para o Ministério "A". Depois o órgão central de programação financeira repassou recursos para o Ministério "B" e este alocou recursos financeiros em uma de suas unidades administrativas.

Com base no enunciado, assinale a alternativa em que está apresentada, rigorosamente na ordem, as movimentações orçamentárias e financeiras que ocorreram entre os órgãos e/ou unidades administrativas:

- (A) Dotação - sub-repasse - provisão - destaque - cota.
- (B) Cota - repasse - dotação - destaque - provisão.
- (C) Repasse - sub-repasse - dotação - destaque - cota
- (D) Provisão - destaque - dotação - cota - sub-repasse.

No quadro que segue foram relacionadas as receitas arrecadadas e as despesas executadas, com seus respectivos saldos, de determinado estado, referente ao exercício de X1. Considerando a classificação das receitas e das despesas orçamentárias, quanto à sua categoria econômica, e com base exclusivamente no quadro a seguir, responda as questões 57 e 58.

Receitas Arrecadadas	750.000,00
Imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA	80.000,00
Indenizações e Restituições Recebidas	10.000,00
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	150.000,00
Amortização de empréstimos concedidos	60.000,00
Receita de Concessões e Permissões	30.000,00
Receita da Produção Vegetal	20.000,00
Receitas de Valores Mobiliários	10.000,00
Receita de Convênio para Aquisição de Bens Imóveis	90.000,00
Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS	100.000,00
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	200.000,00
Despesas Executadas	570.000,00
Diárias - Civil	30.000,00
Material de Consumo	50.000,00
Equipamentos e Material Permanente	80.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	70.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	130.000,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	70.000,00
Serviços de Consultoria	40.000,00
Amortização da Dívida	100.000,00

QUESTÃO 57

O total da Receita Corrente arrecadada corresponde a:

- (A) R\$ 600.000,00.
- (B) R\$ 250.000,00.
- (C) R\$ 450.000,00.
- (D) R\$ 510.000,00 .

QUESTÃO 58

O total da Despesa de Capital realizada corresponde a:

- (A) R\$ 150.000,00.
- (B) R\$ 250.000,00.
- (C) R\$ 380.000,00.
- (D) R\$ 340.000,00.

No quadro que segue constam fatos contábeis resultantes ou independentes da execução orçamentária, inclusive as mutações ativas e passivas, ocorridos no exercício X1 de determinada prefeitura. Com base nos citados dados, resolva as questões **59 a 61**.

Cancelamento de restos a pagar processados por inscrição indevida no exercício anterior	15.000,00
Serviços prestados por terceiros	92.000,00
Arrecadação de receita tributária	240.000,00
Atualização da dívida fundada	19.000,00
Operações de crédito	130.000,00
Doação recebida de bens móveis	50.000,00
Encampação de dívida (Parcelamento de INSS)	70.000,00
Aquisição de material de expediente para consumo	28.000,00
Cancelamento de valores registrados em Devedores Diversos	32.000,00
Doação concedida de bens imóveis	110.000,00
Incorporação da dívida ativa tributária	64.000,00

QUESTÃO 59

O resultado total do exercício apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais foi de:

- (A) Superávit de R\$ 32.000,00.
- (B) Déficit de R\$ 58.000,00.
- (C) Superávit de R\$ 46.000,00.
- (D) Déficit de R\$ 26.000,00.

QUESTÃO 60

O total das variações ativas apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais foi de:

- (A) R\$ 527.000,00.
- (B) R\$ 499.000,00.
- (C) R\$ 639.000,00.
- (D) R\$ 369.000,00.

QUESTÃO 61

O total das variações passivas independentes da execução orçamentária apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais foi de:

- (A) R\$ 99.000,00.
- (B) R\$ 102.000,00.
- (C) R\$ 231.000,00.
- (D) R\$ 121.000,00.

QUESTÃO 62

Sobre o Balanço Patrimonial, segundo o art. 105, da Lei nº 4.320/64, é INCORRETO afirmar:

- (A) O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- (B) O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis que depende de autorização orçamentária e os valores numéricos.
- (C) O Balanço Patrimonial demonstrará o Ativo Financeiro, o Ativo Permanente, o Passivo Financeiro, o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação.
- (D) O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

A prefeitura fictícia de "SUPERAVILÂNDIA", no exercício X0, apresentou na conta Banco o saldo de R\$ 100.000,00 e na conta Aplicação Financeira, o saldo de R\$ 50.000,00.

Durante o exercício X1 ocorreram os fatos contábeis, demonstrados no quadro a seguir, oriundos da execução orçamentária e financeira.

No que tange ao Balanço Financeiro de acordo com a Lei nº 4.320/1964, e com base nas citadas informações, resolva as questões **63 a 65**.

Especificação	Valores R\$
Arrecadação tributária	310.000,00
Débito indevido apresentado no extrato bancário	18.000,00
Aquisição de bens móveis à vista	220.000,00
Crédito apresentado no extrato bancário referente à devolução de pagamento, sendo este efetuado no final do exercício de X0.	35.000,00
Rendimentos de aplicação financeira	10.000,00
Inscrição em restos a pagar processados, referente à aquisição de material de consumo	62.000,00
Estorno parcial de débito indevido, conforme extrato bancário	13.000,00
Recebimento de FPM - Fundo de Participação dos Municípios	500.000,00
Devolução de caução	20.000,00

QUESTÃO 63

O total das receitas extra-orçamentárias apresentado no Balanço Financeiro foi de:

- (A) R\$ 62.000,00.
- (B) R\$ 320.000,00.
- (C) R\$ 48.000,00.
- (D) R\$ 110.000,00.

QUESTÃO 64

O saldo do disponível em 31/12/X1 apresentado no Balanço Financeiro foi de:

- (A) R\$ 760.000,00.
- (B) R\$ 822.000,00.
- (C) R\$ 747.000,00.
- (D) R\$ 780.000,00.

QUESTÃO 65

O total da despesa extra-orçamentária apresentado no Balanço Financeiro foi de:

- (A) R\$ 51.000,00.
- (B) R\$ 110.000,00.
- (C) R\$ 38.000,00.
- (D) R\$ 320.000,00.

QUESTÃO 66

Com base nas contas contábeis relacionadas a seguir e seus respectivos saldos, extraídos do balancete de verificação de determinado estado, referente ao exercício X1, assinale a alternativa CORRETA que apresenta o total do Ativo Financeiro do Balanço Patrimonial:

Banco conta Movimento	90.000,00
Dívida Ativa Longo Prazo	140.000,00
Almoxarifado	30.000,00
Aplicação Financeira	60.000,00
Credores Diversos	20.000,00
Antecipação da Receita Orçamentária	70.000,00
Agentes Arrecadadores	100.000,00
Devedores Diversos	50.000,00

- (A) R\$ 430.000,00.
 (B) R\$ 330.000,00.
 (C) R\$ 300.000,00.
 (D) R\$ 420.000,00.

QUESTÃO 67

Com base nos dados apresentados nos quadros que seguem, referentes à execução da receita e da despesa orçamentária de determinado estado, assinale a alternativa CORRETA:

Receita Orçamentária

Descrição	Previsão	Arrecadação
Tributária	120.000,00	140.000,00
Contribuições	30.000,00	10.000,00
Patrimonial	40.000,00	22.000,00
Transferências Correntes	190.000,00	160.000,00
Operações de Crédito	200.000,00	150.000,00
Total	580.000,00	482.000,00

Despesa Orçamentária

Descrição	Empenhada	Liquidada	Paga
Pessoal e Encargos Sociais	150.000,00	150.000,00	130.000,00
Outras Despesas Correntes	80.000,00	70.000,00	40.000,00
Investimentos	50.000,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	30.000,00	20.000,00	5.000,00
Total	310.000,00	240.000,00	175.000,00

- (A) O total inscrito de Restos a Pagar Não-processados é de R\$ 310.000,00.
 (B) Considerando que o total da despesa fixada é o mesmo valor da receita prevista, e não houve alterações orçamentárias durante o exercício financeiro, então o saldo orçamentário disponível a empenhar é R\$ 102.000,00.
 (C) O total inscrito de Restos a Pagar Não-processados é de R\$ 70.000,00.
 (D) Todas as receitas orçamentárias apresentaram excesso de arrecadação, com exceção das receitas patrimoniais e de contribuições.

QUESTÃO 68

A prefeitura fictícia de "SUPERAVILÂNDIA" tem o seu plano de contas de acordo com a seguinte estrutura básica: 1 - Ativo, 2 - Passivo, 3 - Despesas, 4 - Receitas, 5 - Resultado Diminutivo e 6 - Resultado Aumentativo, onde a aprovação e execução do orçamento são contabilizadas no Ativo e Passivo Compensados. No mês de agosto do exercício X1, somente ocorreu a alteração do orçamento inicial com a inclusão de uma nova ação de governo, utilizando como fonte de recurso o excesso de arrecadação. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta o registro contábil CORRETO:

- (A) Débito: Crédito Adicional Especial/Excesso de Arrecadação
 Crédito: Crédito Orçamentário Disponível
 Débito: Receita a Realizar
 Crédito: Previsão Adicional da Receita.

- (B) Débito: Despesa Fixada
 Crédito: Crédito Adicional Suplementar/Excesso de Arrecadação
 Débito: Receita a Realizar
 Crédito: Receita Realizada.
- (C) Débito: Despesa Fixada
 Crédito: Crédito Orçamentário Disponível
 Débito: Crédito Adicional Suplementar
 Crédito: Excesso de Arrecadação.
- (D) Débito: Despesa Fixada
 Crédito: Crédito Orçamentário Disponível
 Débito: Excesso de Arrecadação
 Crédito: Crédito Adicional Especial.

O estado fictício de "DEFENSORLÂNDIA" apresentou no exercício X1, o seguinte Balanço Patrimonial:

Ativo	R\$	Passivo	R\$
Banco	80.000,00	Caução	10.000,00
Almoxarifado	20.000,00	Saldo Patrimonial	140.000,00
Dívida Ativa	50.000,00		
Total	150.000,00	Total	150.000,00

Durante o exercício X2 ocorreram somente as transações relacionadas a seguir, referentes à realização da receita e da despesa orçamentária, conforme seguem:

- ✓ Arrecadação de tributos no valor de R\$ 100.000,00.
- ✓ Ingresso de recursos das operações de crédito no valor de R\$ 200.000,00.
- ✓ Serviços de Perícia Contábil para levantamento de *quantun* no valor de R\$ 60.000,00, cujo pagamento ocorrerá no ano seguinte.
- ✓ Pagamento da folha salarial no valor de R\$ 70.000,00.
- ✓ Arrecadação da dívida ativa (principal) no valor de R\$ 30.000,00.

Após a contabilização dos fatos contábeis citados, e considerando o disposto no art. 105, da Lei nº 4.320/1964, responda as questões 69 e 70.

QUESTÃO 69

Assinale a alternativa CORRETA inerente ao Balanço Patrimonial em 31/12/X2:

- (A) O Passivo Financeiro totalizou R\$ 270.000,00.
 (B) O Ativo Permanente totalizou R\$ 50.000,00.
 (C) O Ativo Real Líquido totalizou R\$ 110.000,00.
 (D) O Ativo Financeiro totalizou R\$ 100.000,00.

QUESTÃO 70

Assinale a alternativa CORRETA correspondente ao resultado financeiro, que servirá como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais no exercício seguinte:

- (A) Superávit Financeiro de R\$ 130.000,00.
 (B) Superávit Financeiro de R\$ 140.000,00.
 (C) Superávit Financeiro de R\$ 270.000,00.
 (D) Superávit Financeiro de R\$ 130.000,00.

QUESTÃO 71

Assinale a alternativa que contempla um fato contábil permutativo e outro modificativo, respectivamente:

- (A) Arrecadação do principal da dívida ativa e consumo de energia elétrica do mês.
- (B) Despesa com salários e amortização de empréstimos concedidos.
- (C) Obtenção de empréstimos e aquisição de veículos para uso.
- (D) Serviços de consultoria e amortização da dívida fundada.

QUESTÃO 72

Assinale a alternativa que representa somente variações passivas independentes da execução orçamentária.

- (A) Encampação de dívida fluante, cancelamento da dívida fluante, baixa de bens móveis inservíveis, atualização da dívida fundada.
- (B) Encampação de dívida fluante, cancelamento da dívida ativa, baixa de bens móveis inservíveis, atualização da dívida ativa.
- (C) Encampação de dívida fluante, incorporação de créditos de devedores diversos, baixa de bens móveis inservíveis, atualização da dívida fundada.
- (D) Encampação de dívida fluante, cancelamento da dívida ativa, baixa de bens móveis inservíveis, atualização da dívida fundada.

QUESTÃO 73

Considerando o modelo tradicional do Plano de Contas Único utilizado pela Contabilidade Pública com a seguinte estrutura básica: 1 - Ativo, 2 - Passivo, 3 - Despesas, 4 - Receitas, 5 - Resultado Diminutivo e 6 - Resultado Aumentativo, em que a aprovação e execução do orçamento são contabilizadas no Ativo e Passivo Compensados, e as contas organizadas em sistemas de contas, a saber: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação, assinale a alternativa que indica o lançamento contábil da liquidação da despesa com concessão de empréstimos a Longo Prazo, nos sistemas orçamentário e patrimonial:

- (A) Sistema Orçamentário
Débito: Crédito Empenhado a Liquidar
Crédito: Crédito Disponível Empenhado
Sistema Patrimonial
Débito: Empréstimos Concedidos a Receber - LP
Crédito: Mutações Passivas.
- (B) Sistema Orçamentário
Débito: Crédito Empenhado a Liquidar
Crédito: Crédito Empenhado Liquidado
Sistema Patrimonial
Débito: Empréstimos Concedidos a Receber - LP
Crédito: Mutações Passivas.
- (C) Sistema Orçamentário
Débito: Crédito Empenhado a Liquidar
Crédito: Crédito Empenhado Liquidado
Sistema Patrimonial
Débito: Empréstimos Concedidos a Receber - LP
Crédito: Mutações Ativas.
- (D) Sistema Orçamentário
Débito: Crédito Disponível Empenhado a Liquidar
Crédito: Crédito Disponível Empenhado a Liquidar
Sistema Patrimonial
Débito: Empréstimos Concedidos a Receber - LP
Crédito: Mutações Passivas.

QUESTÃO 74

O estado fictício de "EQUILIBRIOLÂNDIA" apresentou no exercício X1, o seguinte Balanço Patrimonial:

Ativo	R\$	Passivo	R\$
Banco	100.000,00		
		Saldo Patrimonial	100.000,00
Total	100.000,00	Total	100.000,00

Durante o exercício X2 ocorreram somente duas operações de créditos resultantes da execução orçamentária. A primeira, no montante de R\$ 180.000,00, com prazo de amortização em 5 (cinco) anos, com 12 (doze) meses de carência; e a segunda, no total de R\$ 70.000,00, com prazo de amortização em 5 (cinco) meses, sem prazo de carência.

Com base nessas informações, e considerando o disposto no art. 105, da Lei nº 4.320/64, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A Demonstração das Variações Patrimoniais apresentou um resultado de mutações ativas R\$ 250.000,00.
- (B) O Balanço Patrimonial apresentou um Passivo Financeiro de R\$ 0,00 e um Passivo Permanente de R\$ 250.000,00.
- (C) O resultado do exercício apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais foi superavitário de R\$ 250.000,00.
- (D) O Balanço Patrimonial apresentou um Passivo Financeiro de R\$ 70.000,00 e um Passivo Permanente de R\$ 180.000,00.

QUESTÃO 75

Determinada prefeitura realizou uma licitação para contratar serviços de limpeza por um período de 12 (doze) meses. Levando-se em conta o modelo tradicional do Plano de Contas Único utilizado pela Contabilidade Pública com a seguinte estrutura básica: 1 - Ativo, 2 - Passivo, 3 - Despesas, 4 - Receitas, 5 - Resultado Diminutivo e 6 - Resultado Aumentativo, em que a aprovação e execução do orçamento são contabilizadas no Ativo e Passivo Compensados, e as contas organizadas em sistemas de contas, a saber: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação, assinale a alternativa que indica o(s) sistema(s) de contas em que deverão ser registrados os seguintes atos: primeiro, a emissão do empenho, segundo, a assinatura do contrato, nessa ordem:

- (A) Sistema de compensação.
- (B) Sistema orçamentário.
- (C) Sistemas orçamentário e de compensação.
- (D) Sistemas de compensação e orçamentário.

QUESTÃO 76

Analisando o Balanço Patrimonial de determinada prefeitura, observa-se que o Contador não está contabilizando a provisão para perda da dívida ativa e nem as provisões para férias e décimo terceiro salários. Nesse sentido, pode-se afirmar que o Contador não está cumprindo os princípios contábeis:

- (A) Prudência e Competência.
- (B) Entidade e Continuidade.
- (C) Prudência e Oportunidade.
- (D) Registro pelo Valor Original e Prudência.

QUESTÃO 77

Sobre a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, é INCORRETO afirmar:

- (A) A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.
- (B) Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos fluxos de caixa, e, se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.
- (C) Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas, em contas como "diversas contas" ou "contas-correntes".
- (D) A companhia observará exclusivamente em livros ou registros auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas na Lei nº 6.404/76, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam, conduzam ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem registros, lançamentos ou ajustes ou a elaboração de outras demonstrações financeiras.

QUESTÃO 78

Com base nos dados apresentados a seguir, analise e marque a alternativa que apresenta o quantitativo de impropriedades, levando em consideração as disposições da Lei nº 6.404/1976.

Ativo Circulante	Passivo Circulante
Banco	Salários a Pagar
Imóveis de Renda	Fornecedores
Imóveis de Uso	Encargos Sociais a Recolher
Almoxarifado	Reserva de Contingência
Contas Diversas	Provisão IR

- (A) 02.
(B) 03.
(C) 04.
(D) 05.

QUESTÃO 79

Na elaboração do Balanço Patrimonial, com base na relação de contas e respectivos saldos, posição em 31/12/X2, da empresa Beta S/A, o total do Ativo Circulante e do Patrimônio Líquido, correspondem, respectivamente a:

Contas	Saldo em R\$
Banco	20.000,00
Aplicação Financeira	80.000,00
Duplicatas a Receber	30.000,00
Mercadoria para Revenda	150.000,00
Fornecedor	20.000,00
Provisão Salarial	30.000,00
Computadores de Uso	1.500,00
Reserva Legal	10.000,00
Prejuízos Acumulados	5.000,00

Juros Recebidos	4.000,00
Vendas à Vista	100.000,00
Custo da Mercadoria Vendida	51.500,00
Adiantamento de Clientes	5.000,00
Depreciação	1.000,00
Propaganda	2.000,00
Duplicatas Descontadas	9.000,00
Capital Social	200.000,00
Capital Social a Realizar	20.000,00
Bens de Consumo	15.000,00
Juros Pagos	2.750,00
Depreciação Acumulada	750,00

- (A) R\$ 287.500,00; R\$ 189.500,00.
(B) R\$ 291.000,00; R\$ 190.000,00.
(C) R\$ 282.000,00; R\$ 185.000,00.
(D) R\$ 286.000,00; R\$ 231.750,00.

QUESTÃO 80

A Empresa Alfa Ltda, iniciou suas atividades em 01 de maio de X2. Durante este exercício, o Contador registrou as receitas e as despesas utilizando o regime de caixa, dos seguintes fatos:

- Serviços prestados por terceiros durante todo o período, cujo valor mensal corresponde a R\$ 620,00, e o total pago foi de R\$ 3.720,00.
- Seguros correspondentes aos meses de maio de X2 a abril de X3, totalmente pagos, à razão de R\$200,00 por mês;
- Venda recebida em X2, referente ao mês de janeiro de X3, no valor de R\$10.000,00.
- Salários correspondentes aos meses de fevereiro a dezembro de X2, no total de R\$ 8.000,00, faltando pagar apenas o mês de dezembro.
- Tributos federais no valor de R\$ 2.700,00, já vencidos e não pagos.
- Serviços prestados no exercício de X2, no valor de R\$ 6.000,00, totalmente recebidos.

No momento da elaboração das demonstrações contábeis do exercício de X2, percebeu que descumpriu os princípios contábeis e a Lei nº 6.404/76. Por consequência, alterou o resultado econômico da empresa. Essa alteração corresponde a:

- (A) O resultado alterou negativamente R\$ 14.260,00.
(B) O resultado alterou positivamente R\$ 17.140,00.
(C) O resultado alterou negativamente R\$ 7.140,00.
(D) O resultado alterou positivamente R\$ 2.880,00.

PROVA DISCURSIVA

Instruções

Redija um texto **DISSERTATIVO, em prosa**. Observe rigorosamente as orientações e informações a seguir:

- O texto deve ser desenvolvido segundo o tema.
- O tema vem acompanhado de uma coletânea, que tem o objetivo de orientar sua linha argumentativa.
- Sua prova discursiva será **ANULADA** se você: fugir ao **tema**; desconsiderar a **coletânea**; não atender ao **tipo de texto** exigido, ultrapassar o número máximo de linhas – 30 (trinta) linhas.

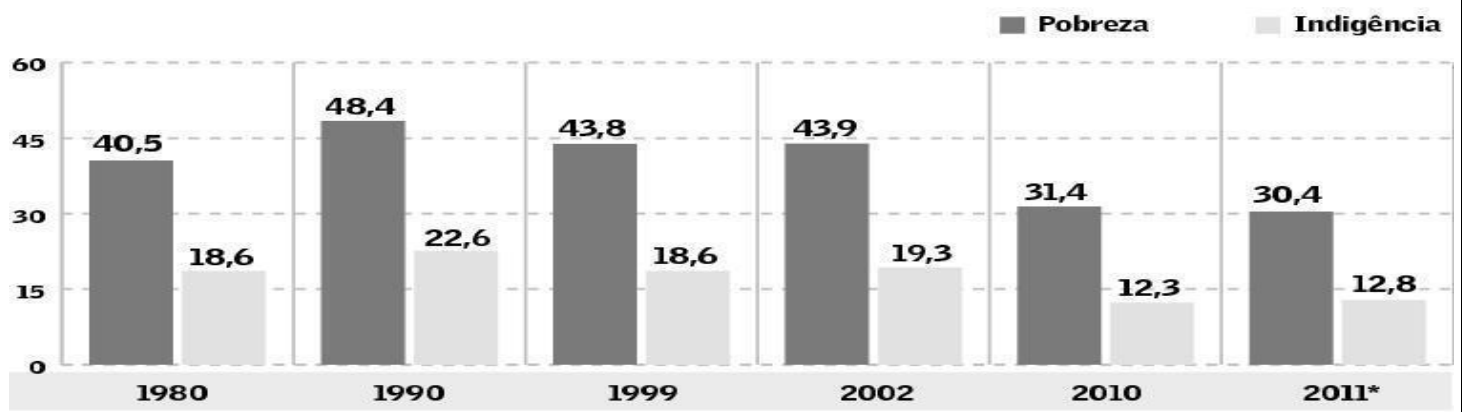
Tema

A pobreza como uma violação dos direitos humanos

TEXTO I

A pobreza na América Latina

Em percentual da população



Fonte: Panorama Social da América Latina (Cepal). *Projeção

Disponível em: <<http://www.valor.com.br/sites/default/files/gn/11/11/arte30int-301-cepas-a11.jpg>>. Acessado em: 05 ago. 2012.

TEXTO II

“A igualdade dos cidadãos perante a lei passou a ser confrontada com a desigualdade da lei perante os cidadãos, uma confrontação que em breve se transformou num vasto campo de análise sociológico e de inovação social centrado na questão do acesso diferencial ao direito e à justiça por parte das diferentes classes e estratos sociais.”

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

TEXTO III

A DEFENSORIA PÚBLICA E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

A pobreza é considerada por alguns pesquisadores uma causa ou a consequência da violação dos direitos humanos, assim como pode ser considerada uma violação dos direitos humanos ou um direito humano em si se considerado o direito a ser livre da pobreza. Sua vinculação com os direitos humanos se dá, então, no âmbito dos direitos econômicos e sociais, embora não possa ser vista unicamente como violação desses direitos, já que na condição de pobreza também ocorrem negações de direitos civis e políticos, que ensejam conflitos e, portanto, a necessidade de atuação do Estado no combate às violações de direitos humanos.

Disponível em: <http://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/13134/ANGELITA_MARIA_MADERS.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2012.

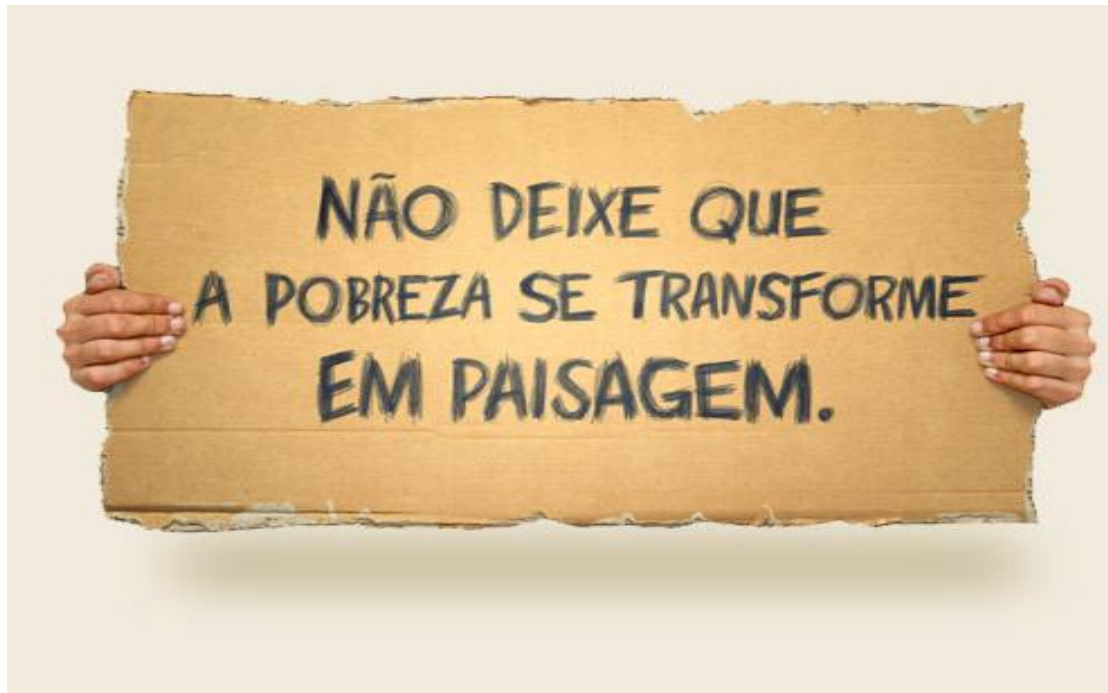
TEXTO IV

Art. 3º - I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 ago. 2012.

TEXTO V



Disponível: <http://4.bp.blogspot.com/_PYubGPb78Q0/TTYFK_E0kcl/AAAAAAAAAH0/THXD_pKCuqM/S780/pobreza.jpg>. Acesso em: 05 ago. 2012.

PROPOSTA

Considerando a atuação da Defensoria Pública, leia a coletânea e elabore sua dissertação, argumentando sobre o tema: **A pobreza como uma violação dos direitos humanos.**

RASCUNHO – PROVA DISCURSIVA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	